

11 JAN 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## Corregedor do CNJ analisa caso em que filhos advogam

### Eles defendem prefeito condenado no STJ por improbidade administrativa

#### Corregedor do CNJ relatará caso que envolve seus filhos

O corregedor João Otávio de Noronha não se declarou impedido e relatará no Conselho Nacional de Justiça representação feita por cliente de seus filhos. Os advogados defendem prefeito de cidade no Maranhão que tenta reverter condenação por improbidade. Procurado, Noronha não se pronunciou.

#### O Código de Processo Civil veda a atuação de magistrados em processos de interesse de filhos

THAIS BILENKY  
DE SÃO PAULO

O corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, não se declarou impedido e relata no CNJ (Conselho Nacional de Justiça) uma representação feita por um cliente de seus filhos.

Os advogados Anna Carolina e Otávio Noronha, filhos do corregedor, defendem o prefeito de Bacabal (MA), José Vieira Lins (PP), que tenta reverter condenação do STJ (Superior Tribunal de Justiça), de outubro, por improbidade administrativa, dano ao erário

público e, como consequência, a suspensão de direitos políticos por três anos.

Vieira quer anular a decisão do STJ com uma ação rescisória no Tribunal de Justiça do Maranhão, cujo desembargador destacado para o caso, José de Ribamar Castro, adotou posicionamentos contrários a seus interesses.

Em dezembro, o prefeito entrou com representação contra Castro no CNJ, pedindo que ele seja impedido de julgar ações referentes ao caso de Bacabal. Noronha, que é também ministro no STJ, analisa o pedido no CNJ e ainda não emitiu decisão.

Procurado pela **Folha**, o corregedor não respondeu aos questionamentos sobre sua atuação no caso.

Seu filho, o advogado Otávio Noronha, disse que desconhecia a representação no CNJ até ser procurado pela reportagem e que, "se necessário", informará formalmente que defende o prefeito maranhense no STJ.

O Código de Processo Civil veda expressamente a atuação de magistrados em processos de interesse de filhos.

Reportagem da **Folha** de abril de 2016 já havia identificado que o corregedor, na condição de ministro do STJ, julgou casos em que seus filhos atuavam como advogados.

No caso de Bacabal, Noronha analisa o desdobramento no CNJ e seus filhos advogam para o prefeito no STJ.

Para o professor titular de direito da USP Flávio Luiz Yarshell, ex-juiz eleitoral (2007-2012), há impedimento em situações como a do prefeito do MA.

Como acima hierarquicamente do corregedor há apenas a presidente do CNJ, a ministra Cármen Lúcia, "ela deveria ser ouvida para assumir a relatoria ou para indicar quem deverá substituir o impedido", segundo Yarshell.

Alvo de diversos processos judiciais, o prefeito José Vieira se enquadra na Lei da Ficha Limpa e teve o registro de candidatura negado pela Justiça Eleitoral, mas assumiu a prefeitura com uma liminar (decisão provisória) de Gilmar Mendes a seu favor concedida em 29 de dezembro de 2016.

Como o relator, ministro Luiz Fux, desistiu três vezes de pautar o caso no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Vieira ficou à frente da administração ao longo de 2017.

Procurada, a assessoria de Fux disse que ele está de férias e não responderá quando pretender pautar o caso até retornar ao tribunal.

CONTINUA

11 JAN 2018

## AFASTAMENTO

Vieira foi afastado da prefeitura pela terceira vez na última sexta-feira (5) por determinação da Câmara Municipal de Bacabal. O vice, Florença Neto, do PHS, tomou posse na segunda-feira (8).

Caberá ao corregedor Noronha relatar o caso e levá-lo ao plenário do CNJ para julgamento do qual ele, ao lado dos demais conselheiros, participará. Se tirarem o desembargador Castro do caso, o processo volta às mãos da desembargadora Nelma Sarney, que emitiu decisões em favor do prefeito.

Cunhada do ex-presidente José Sarney, Nelma foi representada junto com a também desembargadora Cleonice Freire no CNJ pelo comportamento no caso de José Vieira. Também compete a Noronha analisar as alegações.

A autora da reclamação, a Câmara Municipal, aponta que Nelma anulou a própria decisão para emitir nova posição em favor de Vieira. Cleonice, por sua vez, concedeu liminar pró-Vieira enquanto plantonista quando o plantão judicial já havia se encerrado.

Em novembro, Noronha decidiu que não as afastaria do cargo, como queria a Câmara Municipal, e abriu prazo para se manifestarem quanto às acusações.

Recursos protocolados pelo prefeito de Bacabal, conhecido como Zé Vieira, ex-deputado federal, provocaram uma queda de braço entre desembargadores no Tribunal de Justiça do Maranhão. Duas vezes desembargadores determinaram seu afastamento e duas vezes o mandato foi restabelecido. O último afastamento é consequência da quinta decisão pela corte.

“Toda essa saga tem o único objetivo de suspender a condenação e Vieira ter a chance de deferir a candidatura”, disse Roberto Costa (MDB), que perdeu a eleição municipal de 2016.

## OUTRO LADO

# Filho de corregedor diz que informará órgão 'se houver qualquer impedimento'

O corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha, não respondeu ao questionamento feito pela reportagem sobre sua decisão de conduzir no Conselho Nacional de Justiça processo de interesse de seus filhos.

Questionado em 2016 pela **Folha** em situação análoga, Noronha afirmou que caberia à secretaria do órgão julgador informá-lo de eventual conflito.

Seu filho Otavio Noronha disse ter sido “surpreendido” pela reportagem ao ser informado de que o prefeito afastado de Bacabal (MA), José Vieira (PP), seu cliente, havia representado um desembargador no CNJ.

“Estou em férias, nem sei que procedimento é esse”, disse o advogado.

“Certamente irei informá-lo se houver qualquer tipo de impedimento. Mas nem sei do que a senhora está falando, nem sei que procedimento é esse, estou em férias. Caso haja [impedimento], adotarei a atitude necessária e vou informar que sou advogado dele no STJ”, disse Otavio Noronha.

O procurador-geral de Bacabal, Italo Gomes, afirmou que “não existe qualquer contrato e/ou vínculo entre o município e o advogado citado [filhos de Noronha], razão pela qual entendemos não haver qualquer impedimento legal”.

“O afastamento de Vieira não possui amparo legal. É público e notório que ele vem sendo vítima de forte perseguição política por seus adversários, que tentam tumultuar a administração”, disse.

A advogada do prefeito afastado, Marília Lago, afirmou que fez pedido durante o plantão judicial porque “a alternância do comando da

municipalidade é medida maléfica aos munícipes”.

“O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) é um braço do Poder Judiciário que tem um histórico de decisões embasadas na tecnicidade e, por isso, jamais se curvará por qualquer tipo de pressão política. Assim, a defesa entende que o registro de candidatura será deferido a unanimidade, pois não há qualquer condenação com efeitos válidos em desfavor do manifestante”, disse.

A assessoria do Tribunal de Justiça do Maranhão afirmou que “o posicionamento jurídico dos magistrados está nas próprias decisões judiciais, que podem ser divergentes ou convergentes dependendo da interpretação de cada um no julgamento do processo”. (THAIS BILENKY)

CONTINUA

1 1 JAN 2018

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO



**O corregedor nacional de Justiça, João Otávio de Noronha,  
relator de representação feita por cliente de seus filhos**

11 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO

# Tribunal nega recurso, e Temer segue sem conseguir dar posse a ministra

Presidente sondou equipe de Cármen Lúcia e decidiu retardar embate com o STF sobre o caso

**Temer insiste na posse para evitar abrir uma guerra com o PTB e contaminar a tentativa de votar a Previdência**

FELIPE BÄCHTOLD  
DE SÃO PAULO  
GUSTAVO URIBE  
BRUNO BOGHOSSIAN  
DE BRASÍLIA

O governo do presidente Michel Temer (MDB) sofreu uma nova derrota judicial nesta quarta-feira (10) na tentativa de dar posse à deputada Cristiane Brasil no Ministério do Trabalho.

O juiz Vladimir Santos Vitovsky, do TRF-2 (Tribunal Regional Federal da 2ª Região), no Rio, negou recursos de Cristiane e do governo contra a liminar que a impede de assumir a pasta.

O magistrado manteve decisão da primeira instância, da 4ª Vara Federal de Niterói, que na segunda-feira havia suspenso provisoriamente a posse da deputada.

Nesta quarta, o governo desistiu de acionar o STF (Supremo Tribunal Federal) diretamente sobre o caso e decidiu apresentar um novo recurso na segunda instância da Justiça Federal.

A decisão foi tomada depois que o Palácio do Planalto recebeu sinais de que havia uma tendência de que a presidente do Supremo, Cármen Lúcia, não derrubasse a liminar que suspendeu a nomeação da congressista.

O presidente enviou um emissário na noite de terça (9) para consultar auxiliares de Cármen Lúcia sobre a chance de sucesso de um recurso ao tribunal.

Segundo a **Folha** apurou, a equipe da ministra indicou que ela poderia manter a decisão que barrou a posse ou remeter o caso ao plenário. Como o STF está em recesso até 1º de fevereiro, o impasse sobre a posse se estenderia e agravaria o desgaste do governo, que tem descartado indicar um novo nome à pasta.

Para a equipe do presidente, a relação dele com Cármen se deteriorou com o episódio em que a ministra suspendeu parte do indulto natalino concedido em dezembro.

O governo decidiu, então, fazer uma tentativa prévia no TRF-2.

O objetivo era mostrar ao PTB que tentou esgotar todas as instâncias e que insiste na posse de Cristiane, filha do presidente da legenda, Roberto Jefferson. Temer pediu

que sejam mantidos, até o fim, os esforços para garantir a nomeação.

Na avaliação do Planalto, qualquer sinal de desistência ou falta de empenho para a posse teria potencial de abrir uma guerra com o PTB, que se estenderia às demais siglas da base aliada.

Para auxiliares de Temer, a sustentação do governo e o apoio dos partidos à agenda de reformas pode desmoronar se o presidente não mantiver o acordo de nomear os ministros escolhidos pelos dirigentes dessas legendas.

“O nome é o da Cristiane Brasil. Não está em discussão nenhum outro nome”, ressaltou o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun.

Diante de derrota no tribunal com sede no Rio, o governo deve recorrer agora ao Supremo.

Desde que foi indicada para o posto, na semana passada, Cristiane tem sido alvo de polêmicas. Ela foi condenada a pagar R\$ 60 mil por dívidas trabalhistas a um de seus ex-motoristas e fez um acordo com outro profissional, no valor de R\$ 14 mil, para evitar nova condenação.

A **Folha** revelou que a deputada tem destinado parte de sua cota parlamentar a uma locadora de veículos que pertence à tia de sua chefe de gabinete.

11 JAN 2018

## FOLHA DE S. PAULO

# Território alheio

Por mais infeliz que possa parecer a escolha, Justiça não deve interferir na nomeação de ministros de Estado, uma prerrogativa do Executivo

Está claro, a esta altura, que o governo Michel Temer (MDB) sujeitou-se a constrangimentos desnecessários ao escolher a deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) para o cargo de ministra do Trabalho.

Não apenas pelo fisiologismo mais tacanho —o objetivo básico da indicação era manter as boas relações com o cacique petebista Roberto Jefferson, pivô do escândalo do mensalão e pai da nomeada.

Adicionalmente, logo se descobriu que a parlamentar já havia sido condenada por violar a CLT na contratação de um motorista.

Na sequência da repercussão negativa do episódio, a Justiça Federal do Rio de Janeiro suspendeu a posse de Cristiane Brasil citando o artigo 37 da Constituição, que elenca a moralidade como princípio da administração pública.

Por compreensível que seja o mal-estar com a escolha do governo, o caminho judicial para lidar com a questão se mostra perigoso.

A liminar concedida expande em demasia os limites subjetivos dentro dos quais a Justiça pode interpretar a Carta, interferindo no princípio da separação dos Poderes.

O artigo 37 também diz que a eficiência deve pautar a gestão do Estado. Isso significa que juízes podem suspender medidas do gover-

no que considerem ineficientes?

Como bem observou a professora Eloísa Machado de Almeida, da FGV, em artigo publicado por esta **Folha**, a moralidade ali mencionada não deve ser entendida como categoria aberta que tudo admite.

Ao contrário, a própria Constituição explicita, em vários outros artigos, os parâmetros pelos quais esse conceito se materializa.

Em relação à nomeação de ministros, o texto não estabelece nenhuma exigência além da idade mínima de 21 anos e do pleno gozo dos direitos políticos. A decisão é prerrogativa do Executivo, por mais infeliz que possa parecer.

Uma combinação de fragilidade governamental e desgaste da política tem levado o Judiciário a ocupar espaços dos quais deveria guardar prudente distância.

Valendo-se de leituras muito particulares das normas legais —e não raro movidos por clamores da opinião pública ou mesmo alaridos ocasionais inflados por militantes—, magistrados invadem territórios dos demais Poderes.

O próprio Supremo Tribunal ajudou a abrir a caixa de Pandora quando impediu a nomeação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a Casa Civil do governo Dilma Rousseff, para nem mencionar outras decisões casuísticas acerca de prisões e afastamentos de autoridades.

É certamente difícil dispor de poder e renunciar a exercê-lo, mas tal autocontenção está entre as capacidades dos melhores juízes.

11 JAN 2018

## FOLHA DE S. PAULO

### Segovia quer agilizar casos de foro privilegiado

O diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, apresentou à ministra Cármen Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), sua meta de concluir ainda neste ano todos os inquéritos sobre políticos com foro privilegiado.

Os casos incluem processos da Lava Jato e o que investiga o decreto dos portos, que tem como alvo o presidente Michel Temer.

Segovia diz não ter receio de um eventual impacto da aceleração das investigações nas eleições.

## Segovia diz que meta é concluir casos da Lava Jato neste ano

Diretor-geral da PF se reuniu com Cármen Lúcia e falou que objetivo é finalizar em 2018 todos os inquéritos sobre políticos com foro

DE BRASÍLIA

O diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, apresentou à ministra Cármen Lúcia, presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), nesta quarta (10), sua meta de concluir neste ano todos os inquéritos sobre políticos com foro privilegiado, incluindo os da Lava Jato e o que investiga o decreto dos portos, que tem como alvo o presidente Michel Temer.

“A Polícia Federal já aumentou, praticamente dobrou o número de delegados e investigadores [que atuam nos inquéritos sobre políticos com foro no STF] e nos comprometemos com a ministra Cármen Lúcia de, até o final do primeiro semestre, no máximo em oito meses, a gente concluir a maioria das investigações hoje que andam dentro do Supremo”, disse Segovia.

O número de delegados que trabalham no Ginq (Grupo de Inquéritos do STF) subiu de 9 para 17. Também aumentaram os investigadores e os peritos. Segundo Segovia, há cerca de 200 inquéritos envolvendo políticos com foro no STF, dos quais a metade derivou da Lava Jato.



Cármen Lúcia recebe o diretor-geral da PF, Fernando Segovia

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

1 1 JAN 2018

“Acho que a força de trabalho e a determinação hoje como prioritária para a PF, para o STF [é concluir as apurações]. É uma meta que a ministra Cármen Lúcia também quer. A doutora Raquel Dodge [procuradora-geral] também está imbuída desse propósito e acho que o país merece uma resposta quanto a essas investigações.”

Questionado sobre eventual influência da aceleração das investigações nas eleições deste ano, Segovia disse que não teme o impacto.

“A PF não teme a investigação porque esse, na realidade, é nosso atributo maior, que é fazer investigação e entregar para a sociedade, para o Poder Judiciário, todos os fatos relacionados a essas investigações. E qualquer conclusão tem que vir no final para a Justiça e para o público. A gente quer justamente a conclusão dessas investigações, para o bem ou para o mal”, disse Segovia.

O diretor-geral da PF reuniu-se por cerca de uma hora e meia com Cármen Lúcia nesta quarta. Além de apresentar as metas, Segovia informou à ministra sobre o andamento das investigações do acidente aéreo que matou o ministro do STF Teori Zavascki há um ano em Paraty (RJ).

Como a **Folha** noticiou no sábado (6), a PF não encontrou indícios de sabotagem na aeronave. O inquérito sobre o acidente que vitimou Teori e outras quatro pessoas, segundo a polícia, está perto de ser concluído. (REYNALDO TUROLLO JR.)

# FOLHA DE S. PAULO

## BERNARDO MELLO FRANCO

### As lorotas do homem da mala

**BRASÍLIA** - Rodrigo Rocha Loures é um sujeito ousado. Com a Lava Jato a pleno vapor, ele escolheu uma pizzaria movimentada para receber R\$ 500 mil de um lobista. Depois do flagrante, o ex-deputado ainda tentou enganar a polícia. Devolveu a mala com desfalque de R\$ 35 mil.

No início da semana, Loures reapareceu no noticiário. Ele foi ouvido no inquérito sobre o decreto dos portos. A investigação apura se o homem da mala e seu ex-chefe, Michel Temer, receberam propina da Rodrimar, empresa que opera em Santos.

Quando o ex-deputado foi em cana, aliados do presidente entraram em pânico. Seu depoimento sugere que o risco de delação foi controlado. Apontado como "longa manus" do presidente, ele revelou ter língua curta. Não contou nada que preocupasse os advogados de Temer.

De tornozeleira eletrônica, Loures disse que nunca recebeu qualquer "proposta de dinheiro ou vantagem" de empresas do setor portuário. Ele também negou que agisse como intermediário de Temer nas conversas com o setor.

Isso contraria muitas informações colhidas pela polícia. Um executivo da Rodrimar já disse que o ex-deputado era seu interlocutor com Temer, e que as reuniões tinham "frequência praticamente semanal".

Quando o delegado perguntou por que o ministro dos Portos ligou para parabenizá-lo pelo decreto, Loures desconversou. No telefonema, interceptado com autorização judicial, o ministro comemora a edição do texto como "um golaço".

Há mais trechos curiosos. Questionado sobre um certo Edgar, que ele indicou para receber R\$ 500 mil da JBS, Loures respondeu que o intermediário não existe. "Foi uma pessoa inventada", alegou. Em outra passagem, ele disse não saber se Temer "possui qualquer vinculação com o setor portuário", em especial com as empresas de Santos.

No próximo depoimento à polícia, o homem da mala podia contar aquela do papagaio.

1 1 JAN 2018

# FOLHA DE S. PAULO 11 JAN 2018

## JANIO DE FREITAS

# Carga no porto

**Gravações telefônicas ligam Rocha Loures, empresas portuárias, o teor do decreto e a Presidência**

**HÁ** 54 motivos para considerar que se passam impropriedades camufladas no inquérito sobre o decreto de Michel Temer que beneficiou sobretudo a Rodrimar, entre empresas de serviços portuários, em razão das quais era “o deputado do porto de Santos”. Assinado em maio de 2017, o decreto aumentou de 25 para 35 anos, prorrogáveis até 70 anos, a concessão de áreas portuárias para exploração particular. Um maná. Sem qualquer causa convincente para o privilégio.

Os motivos da série de estranhezas começam pela substituição do diretor da Polícia Federal, incumbida de investigar as suspeitas e denúncias surgidas com o decreto. Nem tanto como a troca se deu, no final do ano passado, repentina e sem a participação do ministro da Justiça. Mas o novo diretor Fernando Segovia mostrou logo um interesse particular pelo inquérito, com providências quase imediatas.

Uma delas, a também repentina substituição do delegado responsável pelo inquérito. Sem razão publicamente conhecida e sem qualquer explicação ao público. Nomeado por Temer, com boa dose de pesar dentro da PF, e por ele festejado na posse, Segovia não faz crer que desejasse um delegado e um inquérito mais eficazes, contra a conveniência do seu patrono.

O terceiro motivo é a presença, nas tratativas para o decreto, de Rodrigo Rocha Loures. Sim, aquele assessor de Temer filmado pela PF ao receber uma mala com R\$ 500 mil. Gravações telefônicas ligam Loures, empresas portuárias, o teor do decreto e a Presidência. Ou era muito para a competência do delegado an-

terior do inquérito, ou era demais para o que, em suas mãos, representava riscos a Temer.

Parênteses sugeridos pela menção a Loures: dos R\$ 500 mil que proviriam de Joesley Batista, o “assessor de total confiança” de Temer tratou de tirar da mala a sua parte, de R\$ 35 mil. Correspondente à comissão ou remuneração de 7% por serviço prestado. Logo, os restantes R\$ 465 mil são outra parte com outro dono. Quem é? Fácil presumir. Mas não consta que tenha sido questionado até agora, passados nove meses da estreia cinematográfica de Loures.

Agora, de uma só vez, 50 motivos — sob as formas de 50 perguntas feitas a Temer pela PF no começo do mês. Relator do caso no Supremo, o ministro Luís Roberto Barroso deu 15 dias para as respostas, até o próximo 19. Mas se desse um só, não seria exigente.

As perguntas, que não temem o ridículo, prestam-se a uma certeza: foram feitas para outro propósito que não o esclarecimento policial e judicial. Perguntar a Temer se recebeu pagamento pelo decreto dos portos, se havia o “por fora” de caixa dois em sua campanha, se seus amigos-assessores levaram dinheiro para obter decisões de governo — perguntas assim não querem saber, querem aparência. Mas dizem alguma coisa sobre a substituição de comando do inquérito policial e ainda do diretor da PF, no final de 2017.

Por fim, o 54º motivo para impropriedades insinuadas no andar e no desandar do inquérito: se levada a fundo, essa investigação pode desvendiar coisas muito graves e influentes em diversos sentidos.

11 JAN 2018

# FOLHA DE S. PAULO

## MÔNICA BERGAMO

### QUASE LA

O Grupo de Mulheres Diplomatas Brasileiras, coletivo informal com mais de 90 membros, arrecadou 90% dos R\$ 60 mil pedidos em uma vaquinha para pagar o tratamento dentário de uma mulher que acusa o diplomata Renato Ávila Viana, seu ex-namorado, de tê-la agredido.

#### JUNTA

O prazo para doações termina no dia 17 de janeiro. Além de buscar o apoio financeiro, o coletivo enviou à mulher que acusa o diplomata contatos de dentistas sensibilizados com o caso, de assessorias jurídicas e de psicoterapeutas. Ela, que se mantém no anonimato, diz ter perdido um dente da frente.

#### NA JUSTIÇA

O diplomata afirma que ainda não teve a oportunidade de se manifestar no processo, que corre em segredo de Justiça. "A vaquinha é uma forma de ela se locupletar da boa-fé pública", diz Viana. Ele afirma que, se ficar comprovada a agressão, vai arcar com os custos de dentista. "Elas [grupo de mulheres diplomatas] serão vítimas de manipulação da outra parte."

#### NÃO PODE

O Itamaraty, via assessoria de imprensa, diz não tolerar qualquer tipo de violência.

#### LADO DE FORA

Outros Tribunais Regionais Federais (TRFs) pelo país, além do da 4ª Região, em Porto Alegre, onde Lula será julgado no dia 24, começam a reforçar a proteção por causa de manifestações. O da 3ª Região, com sede na avenida Paulista, confirma que seu departamento de segurança montou um esquema especial.

#### DOIS LADOS

O Vem pra Rua fará protesto no local, pela condenação do ex-presidente, no dia 23. No lado do PT, militantes também devem mirar TRFs e protestar contra a Justiça.

## PAINEL

**Relembrar é viver** A AGU anexou declarações de diversos ministros do STF sobre o sistema penitenciário brasileiro à ação em que pede que a presidente do STF, Cármen Lúcia, revogue a liminar em que suspendeu trechos do indulto natalino de Temer.

**CEP** O órgão fez questão de incluir manifestações do ministro Luís Roberto Barroso, relator originário da ação. Com isso, tenta, ainda que de forma velada, pressionar por coerência no julgamento.

**Clemência** Em manifestação recente selecionada pela AGU, Barroso disse que "a deficiência do sistema penitenciário reverte consequências gravíssimas e dramáticas para a própria sociedade pela incapacidade de se tratar essas pessoas com o mínimo de humanidade".

## Petistas vão se reunir com o presidente do TRF-4

DE SÃO PAULO - A pedido do PT, o presidente do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, Carlos Eduardo Thompson Flores, receberá congressistas petistas na sexta-feira (12) para discutir as medidas de segurança para o julgamento do ex-presidente Lula, em 24 de janeiro.

O presidente do PT do Rio Grande do Sul, Pepe Vargas, afirma que a intenção é garantir a realização de atos em apoio ao ex-presidente. Ele admite preocupação com conflitos em manifestações que, em sua avaliação, poderiam ser provocados por infiltrados. "Já estamos avisando de antemão: estaremos de cara limpa. Não seremos os encapuzados."

Para Gleisi Hoffmann, presidente da legenda, é preciso fortalecer o ato da avenida Paulista, de visibilidade nacional.

## Justiça aceita mais três denúncias contra Cabral

DO RIO - A Justiça Federal no Rio aceitou nesta quarta-feira (10) mais três denúncias contra o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB).

Com isso, Cabral completa 20 processos em que é réu na Lava Jato. Em quatro já julgados, acumula penas que chegam a 87 anos de prisão.

As denúncias de agora resultam de investigações das operações Calicute, Saqueador e C'est Fini, desdobramentos da Lava Jato no Rio. Os processos referem-se a supostos pagamentos de propina ao grupo de Cabral.

Além do ex-governador, viraram réus os ex-secretários Hudson Braga, Régis Fichtner, Wilson Carlos, os operadores Carlos Bezerra e Wagner Jordão, o empresário Georges Saldala e os funcionários da empresa Oriente Alez Sardinha e Geraldo Santos.

1 1 JAN 2018

FOLHA DE S. PAULO



BENETT

## ENTREVISTA MANOEL DE QUEIROZ PEREIRA CALÇAS

Manoel de Queiroz Pereira Calças, novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo

### 'Pena tem de ser executada em 2ª instância'



Tribunal.  
Manoel  
Calças  
tomou posse  
no dia 2

Manoel Calças, novo presidente do TJ-SP, defende a execução de prisão em caso de condenação ser mantida

**Julia Affonso**  
**Luiz Vassallo**  
**Fausto Macedo**

O desembargador Manoel de Queiroz Pereira Calças, novo presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, defendeu em entrevista ao *Estado* a execução de pena de prisão em segunda instância. "Que presunção de inocência existe se há um acórdão de um colegiado dizendo que a sentença condenatória está certa? Então, aí para mim inverte, não há mais a presunção de inocência."

Calças, de 67 anos, 41 de magistratura, foi eleito por seus pares em dezembro e tomou posse em 2 de janeiro com muitas metas e desafios pela frente na direção da maior Corte do mundo, com 2.184 juízes, 360 desembargadores, 72 mil servidores, 20 milhões de processos e orçamento de R\$ 11,6 bilhões.

● O sr. é da favor da execução da pena na segunda instância?

Sim, eu acho que a interpretação do princípio da presunção de inocência albergado pela Constituição Federal tem que ser amoldada à seguinte situação: a presunção de inocência existe enquanto não houver uma sentença que declarou o réu culpado e que ele teve oportunidade de recurso para o Tribunal de Justiça ou para o Tribunal Regional Federal. Se, em segundo grau, em órgão colegiado, formado por três desembargadores federais ou estaduais, entenderam que a sentença condenatória era para ser mantida, então, que presunção de inocência existe se há uma sentença condenatória, se há um acórdão de um colegiado dizendo que a sentença condenatória está certa? Aí para mim inverte, não há mais a presunção de inocência. Sou plenamente favorável no sentido de que, após o julgamento em Tribunais de Justiça ou Tribunal Regionais Federais, manti-

da a condenação, a pena, notadamente a prisão, seja executada imediatamente.

● O sr. é a favor ou contra o foro privilegiado?

Interessante que se fala em foro privilegiado. Na verdade, é foro por prerrogativa de função. Ao contrário do que se apregoa, entendo que você ser julgado diretamente no tribunal nem sempre é um privilégio. Porque se você é julgado no primeiro grau você tem recursos para o Tribunal de Justiça. Se você é julgado diretamente no Supremo não há um órgão recursal acima, a possibilidade de revisão das penas vão sendo reduzidas.

**CONTINUA**

# O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

11 JAN 2018

Criou-se o foro para evitar que o juiz de primeiro grau pudesse ser pressionado, quando fosse julgar deputados, prefeitos, governadores. Sendo o juiz monocrático, pudesse ser sensível a algum tipo de pressão. Na verdade, a pessoa é julgada diretamente no tribunal, por desembargadores ou ministros do Superior Tribunal de Justiça ou do Supremo, sempre em órgãos colegiados, portanto, no mínimo três julgadores, evidentemente que a possibilidade de pressão diminui.

● **No dia 24, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva vai ser julgado. Qual a sua expectativa?**

Eu acho que ele não será julgado no dia 24 de janeiro porque a praxe dentro da advocacia cível ou criminal, em casos que-tais, é pedir o adiamento para uma sustentação oral que é um direito que os advogados de defesa têm. No meu modo de ver, com a experiência que tenho, não haverá esse julgamento no dia 24. No meu modo de ver, particular, pessoal, haverá pedido de adiamento para sustentação oral. A minha expectativa é que o TRF-4, um tribunal de altíssima qualidade, examine o recurso interposto pelo cidadão que foi condenado e, de acordo com as provas produzidas, mantenha ou reforme a decisão de acordo com a livre convicção dos desembargadores federais, extremamente preparados.

● **Quais suas metas imediatas?**

Pretendemos melhorar a estrutura física do Poder Judiciário, especialmente um projeto de construção de uma torre para alojar os gabinetes de todos os desembargadores e todos os 85 juizes de segundo grau podem exercer suas funções com dignidade. O projeto já foi aprovado. Mas a obra vai levar pelo menos seis anos para ser concluída. É um projeto institucional, não de uma só gestão. É um modo de pensar o Tribunal de Justiça para este século. O custo previsto é de R\$ 600 milhões, em oito anos, mas isso levará a uma grande economia porque deixaremos de pagar mais de R\$ 100 milhões por ano de alugueis de outros prédios ocupados pelos gabinetes dos desembargadores.

11 JAN 2018

O ESTADO DE S. PAULO

# Juiz mantém suspensa posse de ministra

Vladimir Vitovsky nega pedido da AGU e da defesa da deputada nomeada pelo presidente Michel Temer para a pasta do Trabalho

O juiz federal Vladimir Vitovsky negou ontem à noite o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) e da defesa de Cristiane Brasil (PTB-RJ) para rever a ordem que proíbe a deputada de tomar posse como ministra do Trabalho. Cristiane, que é filha do presidente do PTB e condenado no mensalão, Roberto Jefferson, tomaria posse anteontem, mas na última segunda-feira a cerimônia foi suspensa por decisão liminar (provisória) do juiz federal Leonardo da Costa Couceiro, da 4ª Vara Federal de Niterói.

Ele atendeu pedido apresentado em ação popular com o argumento de que seria uma afronta à "moralidade administrativa" nomear para o Ministério do Trabalho uma pessoa condenada em reclamações trabalhistas. Cristiane foi condenada a pagar R\$ 60 mil por dívidas trabalhistas a um ex-motorista. Mesmo depois do imbróglio jurídico, o PTB manteve a indicação da deputada ao cargo.

Ontem, o governo mudou a estratégia e resolveu recorrer primeiro ao TRF antes de ir ao Supremo Tribunal Federal (STF), como havia prometido na véspera.

O Palácio do Planalto resiste a desistir da nomeação de Cristiane Brasil para evitar enfrentamento com o PTB e principalmente com Roberto Jefferson. Auxiliares do governo citam o passado do ex-deputado para lembrar que ele tem influência na bancada e poderia causar problemas na votação da reforma da Previdência em caso de descontentamento.

Auxiliares próximos ao presidente têm ressaltado que precisa partir do PTB qualquer sugestão de mudança de nome. Seguindo um integrante da base aliada, o melhor dos mundos seria Cristiane Brasil desistir de assumir o cargo.

**Votos.** Independentemente da nomeação da deputada para o Ministério do Trabalho, o PTB não entregará todos seus votos a favor da reforma da Previdência no Congresso. Ao contrário da tese propagada pelo Planalto – a argumentação dada pelo presidente para manter a pasta sob o comando do PTB é garantir os votos – o partido está longe do consenso no tema. “O PTB pode até ter maioria a favor da Previdência, mas não pode garantir a totalidade dos votos. Sou contra a reforma, minha posição é clara. Eu não aceito essa reforma da maneira como ela está colocada”, disse o deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), um dos contrários à proposta.

A repercussão negativa em torno do episódio trouxe à tona críticas ao fato de a bancada do PTB não ter sido consultada quanto ao nome de Cristiane Brasil. Os deputados relatam “constrangimento” porque, ao contrário do que aconteceu na escolha do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), eles não foram sondados pela cúpula sobre o posto ficar com Cristiane.

Dos 16 titulares que integram atualmente a bancada do partido, quatro já se posicionaram oficialmente contra a alteração das regras da aposentadoria. São necessários no mínimo 308 votos para aprovar a reforma. /

FÁBIO GRELLET, CARLA ARAÚJO, RENAN TRUFFI e TÂNIA MONTEIRO

## Deputada responde a mais um processo

Constança Rezende / RIO

A nova ministra do Trabalho, Cristiane Brasil (PTB-RJ), respondeu a pelo menos mais um processo na Justiça Trabalhista, além das duas ações movidas pelos motoristas Fernando Fernandes e Leonardo Eugênio. O terceiro processo contra Cristiane foi movido pela empregada doméstica Sebastiana Benjamin, em 2003.

Sebastiana trabalhava na casa de Cristiane na Praia do Flamengo, na zona sul do Rio. Era faxineira, arrumava a casa, passava roupas e cozinhava. A mulher alegou que Cristiane não fazia o recolhimento de suas contribuições previdenciárias.

Ação foi parar na Procuradoria Federal do INSS em Petrópolis, onde o processo foi arquivado, para que fossem calculadas as contribuições previdenciárias devidas. O caso foi recebido pelo procurador da República Sérgio Pinel, que hoje integra a força-tarefa da Lava Jato no Rio, no Instituto Nacional do Seguro Social de Petrópolis, onde o processo foi arquivado.

Em 2005, houve uma audiência de conciliação entre a empregada e Cristiane, que reconheceu os direitos de Sebastiana e combinou um pagamento de R\$ 500 para que o processo fosse arquivado.

Procurada por meio de seu advogado na época, Paulo Roberto Andrade Dantas, Sebastiana não quis falar com o Estado. A deputada Cristiane Brasil não atendeu aos pedidos da reportagem para falar sobre o caso.

11 JAN 2018

## O ESTADO DE S. PAULO

### Temer critica decisão de juiz que barrou a posse

● O presidente Michel Temer defendeu o nome da deputada Cristiane Brasil (PTB-RJ) para o Ministério do Trabalho e criticou o fato de a posse ter sido barrada pela Justiça. "Na minha opinião, isso não justifica que ela não tome posse", afirmou Temer ao 'Estado' ao falar sobre denúncias trabalhistas contra ela. E completou: "Como um juiz de primeira instância derruba uma decisão privativa do presidente da República?"

Temer disse que não aceitou o nome do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA), primeiro indicado pelo partido, por sua ligação com o governador Flávio Dino (PCdoB), que, segundo ele, mantém o retrato da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) na parede. O filho de Fernandes é secretário de Dino.

O nome de Cristiane foi colocado em reunião entre Temer, Roberto Jefferson, e o líder do partido na Câmara, Jovair Arantes. No encontro foram cogitados outros dois deputados – Sérgio Moraes (RS), que ficou conhecido por dizer que estava "se lixando para a opinião pública", e Pastor Josué Bengtson (PA). Para Temer, Moraes "iria dar problema" por ser lembrado pela frase e Bengtson não tinha apoio da bancada. / ELIANE CANTANHÊDE

11 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

# TJ condena governo a indenizar delegado por colete vencido

Segundo a decisão, Damião Benassi Junior, de Sertanópolis, deverá receber R\$ 5 mil pela falta de proteção do equipamento; Sesp vai recorrer

Rafael Machado  
Grupo Folha

O delegado de Sertanópolis, Damião Benassi Junior, que atuou em Londrina entre 2016 e 2017, deve ser indenizado em R\$ 5 mil pelo Estado do Paraná pelo uso de colete balístico vencido. Esse foi o teor da decisão proferida pela juíza Camila Henning Salmoria, da 4ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Paraná. O valor da condenação deve ser acrescido de juros de mora. “Não foi feita a troca do equipamento de proteção necessário para que o policial desenvolva suas atividades. O atraso no processo licitatório não exime o Estado, sabedor da demora de seu trâmite”, apontou a magistrada na decisão.

A ação é apenas uma das 40 ingressadas pela Adepol (Associação dos Delegados de Polícia do Paraná) contra o governo, mas a primeira sentença favorável à entidade. “Aguardamos o mesmo resultado para as futuras decisões. O Estado tem que se preocupar em

oferecer material de qualidade para os policiais que estão todos os dias nas ruas em confronto direto contra a criminalidade”, declarou o presidente do órgão, João Ricardo Keppes Noronha.

A polêmica em torno dos coletes vencidos vem desde 2016. Na época, a Adepol informou que cerca de 3 mil dos 4,3 mil servidores da Polícia Civil estavam com coletes com data de validade vencida. A Sesp (Secretaria Estadual de Segurança Pública e Administração Penitenciária) contestou os dados e afirmou que apenas 500 coletes estavam vencidos havia quatro meses. Em Londrina, policiais civis ensaiaram a entrega dos equipamentos em frente à sede da 10ª Subdivisão (SDP), mas não foram atendidos pelo então delegado-chefe, Sebastião Ramos dos Santos Neto.

Em nota enviada pela assessoria de imprensa, a Sesp afirmou que vai recorrer da decisão em segunda instância, mas que “não irá comentar o assun-

to por se tratar de um processo que ainda está tramitando”. Segundo a secretaria, “mais de oito mil coletes foram adquiridos em 2016. Outros 10 mil serão comprados nos próximos meses”. O delegado Benassi Junior preferiu não comentar a decisão.

11 JAN 2018

FOLHA DE LONDRINA

# Ex-dirigentes da CMTU são condenados por favorecimento de empresa

**Sentença aponta que agentes públicos direcionaram contratação de prestadora de serviços de limpeza pública e coleta de lixo na gestão Barbosa Neto**

Loriane Comeli  
*Reportagem Local*

**E**m duas sentenças proferidas nessa quarta-feira (10), o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina, Marcos José Vieira, condenou ex-dirigentes da CMTU (Companhia Municipal de Trânsito e Urbanização) por favorecimento na contratação da empresa MM Consultoria e Serviços Ltda., da Bahia, durante o governo do ex-prefeito Barbosa Neto.

As ações foram ajuizadas em 2012 e 2014 pela Promotoria de Defesa do Patrimônio Público. A primeira questionava o contrato firmado em 2009 e as sucessivas renovações emergenciais, cujo objeto era varrição e limpeza do Calçadão, e o prejuízo apontado seria de R\$ 19 milhões; a outra se referia a contrato firmado em 2012, também emergencialmente, mas para a coleta de lixo domiciliar, ao custo de R\$ 7,7 milhões, com suposto superfaturamento de mais de R\$ 2 milhões.

Nos dois casos, o juiz condenou o então presidente da CMTU, André Nadai, a empresa e seu proprietário, José Marcos Moura. Entretanto, em nenhum deles, houve determinação de ressarcimento do erário: o juiz entendeu que não houve comprovação de prejuízo, de superfaturamento ou de que os serviços não tenham sido prestados.

No processo relativo à coleta de lixo, que teve por base autoria realizada pela CGM (Controladoria-Geral do Município), que apontou superfaturamento de mais de R\$ 2 milhões, o juiz desconsiderou esta análise, que foi praticamente afastada por perícia judicial.

Porém, para ele, está evidente o favorecimento da empresa baiana, cujos representantes, logo após Barbosa assumir o cargo, fizeram reuniões com aliados do então do prefeito para “conhecer a cidade”.

Pelo processo de 2014, Nadai foi condenado à suspensão dos direitos políticos por quatro anos e ao pagamento

de multa civil correspondente a 30 vezes sua remuneração como presidente da companhia. A multa aplicada à MM e ao seu dono foi de 120 vezes a remuneração de Nadai. Também foram condenados por improbidade a então diretora administrativo-financeira Cristel Bared e o Vanderson Luís de Moraes, coordenador de Licitações e Suprimentos da companhia. Contra o ex-diretor Luciano Borrozino, o juiz julgou a ação improcedente.

**CONTINUA**

11 JAN 2018

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Quanto ao processo de 2012, eram dez réus; dois (a empresa Ecosystem e seu representante) foram excluídos da ação por decisão do Tribunal de Justiça; contra dois – os advogados que concederam pareceres favoráveis à elaboração e renovação dos contratos Cristel Bared e Fidelis Canguçu – o juiz considerou que eles não cometeram improbidade. Foram condenados, neste caso, além de Moura, MM e Nadai (suspensão dos direitos políticos por cinco anos), outro ex-presidente da CMTU, Lindomar Motta dos Santos; a ex-diretora administrativo-financeira Cristiane Hasegawa; os ex-diretores de Operação Luciano Borrozino e Aguinaldo Rosa.

Nos dois casos, o juiz entendeu que as condutas ímprobas dos agentes públicos e particulares ficaram evidenciadas nos autos, especialmente considerando a natureza da infração. “Com efeito, é inegável que os indícios, como prova indireta que são, assumem especial relevo no julgamento das ações de improbidade administrativa que envolvem fraudes em licitações. Como os conluíus entre os agentes públicos e os particulares beneficiados são quase sempre tramados às ocultas, a prova indiciária é, as mais das vezes, a única possível de ser produzida na instrução.”

O magistrado anotou, ainda, que “o intento dos agentes públicos em favorecer indevidamente a MM (e o propósito desta de beneficiar-se ilegalmente), em detrimento de suas concorrentes, resulta claro da prova dos autos”.

Os réus condenados e o Ministério Público (nos pontos em o juiz considerou os pedidos improcedentes) podem recorrer ao Tribunal de Justiça.

#### OUTRO LADO

O advogado Josafá Antônio de Lopes, que defende a MM e Moura, informou que não teve acesso ao conteúdo da sentença, mas adiantou que vai interpor recurso ao TJ. Ele explicou que a empresa contestou, no processo, o envolvimento nas irregularidades e ilegalidades levantada pelo MP. “A empresa não estipula o conteúdo do edital, data e modalidade de contratação. Todas essas atribuições são da CMTU e do município”, disse Lopes.

O advogado Walter Bittar, que atua na defesa de André Nadai e da sua mulher Cristiane Hasegawa, não foi encontrado pela reportagem. A reportagem também telefonou ao escritório dos advogados dos demais réus condenados, mas não obteve retorno. (Colaborou Guilherme Marconi)

11 JAN 2018

# FOLHA DE LONDRINA

## INFORME

### Julgamento de Lula

O TRF4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região), em Porto Alegre, detalhou nesta semana como se dará o julgamento da apelação criminal do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mais seis réus no próximo dia 24. De acordo com a assessoria do Tribunal, a sessão começará às 8h30 do dia 24/1, na sala da 8ª Turma. Será o único processo julgado nesse dia pela 8ª Turma. O PT (Partido dos Trabalhadores) e movimentos sociais, como o MST, preparam caravanas à capital gaúcha para acompanhar o julgamento de Lula em segunda instância.

### O controverso tríplex

O recurso envolve o favorecimento da Construtora OAS em contratos com a Petrobras, com o pagamento de propina destinada ao PT e a Lula, por meio do apartamento tríplex do Guarujá e do depósito do acervo presidencial. As imputações são de corrupções ativa e passiva e de lavagem de dinheiro. Esta será a 24ª apelação julgada pelo TRF4 contra sentenças proferidas em ações oriundas da Operação Lava Jato.

### Outros réus

Além de Lula (condenado no primeiro grau a 9 anos e 6 meses pelo juiz Sérgio Moro, titular da 13ª Vara Federal de Curitiba), recorreram contra a sentença o ex-presidente da OAS, José Aldemario Pinheiro Filho (condenado em primeira instância a 10 anos e 8 meses), o ex-diretor da área internacional da OAS, Agenor Franklin Magalhães Medeiros (condenado a 6 anos), e o ex-presidente do Instituto Lula Paulo Okamoto (absolvido em primeira instância, mas requer troca dos fundamentos da sentença). O Ministério Público Federal recorreu contra a absolvição em primeira instância de três executivos da OAS: Paulo Roberto Valente Gordilho, Roberto Moreira Ferreira e Fábio Hori Yonamine.

### O ritual

A sessão começa com a abertura do presidente da 8ª Turma, desembargador federal Leandro Paulsen. Após, o relator, desembargador federal João Pedro Gebran Neto, faz a leitura do relatório do processo. Em seguida, ocorre a manifestação do MPF que, levando em conta que recorre quanto à situação de diversos réus, terá o tempo de 30 minutos. Depois, se pronunciam os advogados de defesa, com tempo máximo de 15 minutos cada réu. Ao todo será disponibilizada uma hora para o conjunto das sustentações orais da defesa, de modo que possam reforçar oralmente, nesta sessão, suas razões e seus pedidos.

### Votação

A seguir, Gebran lê o seu voto e passa a palavra para o revisor, desembargador Leandro Paulsen, que profere o voto e é seguido pela leitura de voto do desembargador federal Victor Luiz dos Santos Laus. Paulsen, que é o presidente da turma, proclama o resultado. Pode haver pedido de vista. Neste caso, o processo será decidido em sessão futura, trazido em mesa pelo magistrado que fez o pedido. Caso confirmada a condenação, a determinação de execução provisória da pena pelo TRF4 só ocorrerá após o julgamento de todos os recursos do segundo grau.

11 JAN 2018

## FOLHA DE LONDRINA

**CLAUDIO HUMBERTO**

**Justiça trabalhista tem  
R\$ 197 milhões para moradia**

Justiça mais cara do Brasil, mais dispendiosa que toda a justiça norte-americana, a Justiça do Trabalho terá em 2018 o total astronômico recorde de R\$ 197,7 milhões para gastar apenas em “auxílio-moradia”, ainda que os magistrados beneficiados tenham casa própria na cidade onde atuam. Tanto dinheiro para bancar esse privilégio único no mundo consta da Lei Orçamentária aprovada no Congresso e já sancionada.

### **Diplomacia gasta menos**

O Ministério das Relações Exteriores gasta bem menos em auxílio-moradia dos seus funcionários lotados em 225 postos mundo afora.

### **Salário médio alto**

A Justiça do Trabalho custou R\$ 17 bilhões em 2016, dos quais R\$ 15,9 bilhões (93,5%) bancaram apenas os salários dos 56 mil servidores.

### **Contas elevadas**

O “auxílio-moradia” dos procuradores custará R\$ 124,1 milhões e a mesma conta, no meio militar, alcança R\$115,9 milhões.

### **Casta de privilegiados**

A maioria pobre do País paga o “auxílio-moradia” do mesmo grupo de servidores federais cujos privilégios a reforma da Previdência combate.

1 1 JAN 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **Denúncia arquivada**

O juiz César Maranhão de Loyola Furtado do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) decidiu arquivar uma denúncia contra servidores do Tribunal de Contas (TCE-PR) que envolve crimes como fraude e corrupção ativa e passiva por falta de provas. "Sem estes elementos, não há nada que possa sustentar as alegações do Ministério Público do Paraná (MP-PR)", argumentou o juiz. Por sua vez, o MP-PR disse que já entrou com recurso.

### **Sem cadeia**

Caso tenha sua condenação confirmada na 8ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no próximo dia 24, o ex-presidente Lula não deve ser preso imediatamente. Segundo a corte, execução provisória da pena pelo TRF4 só ocorrerá depois que todos os recursos do segundo grau forem julgados. Há dois tipos de recurso possíveis em caso de condenação: os embargos de declaração, utilizados pela defesa para esclarecer algum ponto da decisão, e os embargos infringentes.

### **Voto biométrico**

A Justiça Eleitoral do Paraná fechou o ano de 2017 com a marca de 6.642.360 eleitores cadastrados para o voto biométrico. O número equivale a 84,03% do eleitorado. O Estado ficou em segundo lugar no país no processo de revisão biométrica nacional. Em primeiro lugar aparece São Paulo, com 10.648.557 eleitores, o que equivale a 32,54% do eleitorado daquele Estado. ■

11 JAN 2018

## JORNAL DO ÔNIBUS

### Justiça aceita mais três denúncias contra Cabral

A Justiça Federal no Rio aceitou ontem mais três denúncias contra o ex-governador do Rio Sérgio Cabral (PMDB) (foto). Com isso, Cabral completa 20 processos em que já foi réu na Lava Jato. Em quatro já julgados, o peemedebista acumula penas que somadas chegam a 87 anos de prisão. Ele responde a outros 16 processos ainda sem julgamento.

Nesta semana, a juíza substituta da 7ª Vara Federal Criminal, Caro-

lina Vieira Figueiredo, aceitou três denúncias do Ministério Público Federal, apresentadas em dezembro. A primeira denúncia contra o político no âmbito da Lava Jato se deu em junho de 2016. A mais recente, anterior às três aceitas nesta quarta, ocorreu em 12 de dezembro. As denúncias apresentadas nesta quarta referem-se as investigações da operação Calicute, Saqueador e C'est Fini, desdobramentos da Lava Jato no Rio. ●

### Janot é chamado a depor na Polícia Federal

O ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot foi chamado a depor na Polícia Federal no inquérito que investiga menções feitas pelos delatores da empresa J&F Joesley Batista e Ricardo Saud a ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Esse inquérito foi aberto a pedido da presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. Nele é investigado o ex-procurador Marcelo Miller, suspeito de auxi-

liar executivos da J&F em termos da delação premiada quando ainda era procurador.

As gravações das conversas, entregues pela empresa como complemento à delação premiada, levaram aos pedidos de rescisão da delação e anulação de benefícios de delatores. As investigações não apontaram qualquer envolvimento de ministros do STF no conteúdo citado nas gravações. ●

11 JAN 2018

## BEMPARANÁ

# PF quer concluir inquéritos da Lava Jato até o final do ano

Lista inclui investigação contra Temer e Rocha Loures envolvendo lei dos Portos

O diretor-geral da Polícia Federal, Fernando Segovia, disse nesta quarta-feira (10) que pretende concluir até o final deste ano as investigações da PF no âmbito dos inquéritos que tramitam no Supremo Tribunal Federal (STF), inclusive nos casos relacionados à Operação Lava Jato e à apuração do suposto pagamento de propina da empresa Rodrimar para o presidente Michel Temer. Esse último tem entre envolvidos o ex-deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (MDB), que está em prisão domiciliar, e depôs sobre o caso à Justiça no final de novembro.

A Polícia Federal mais que dobrou a equipe da Lava Jato que atua nos inquéritos envolvendo políticos no STF para tentar encerrar as investigações antes das eleições deste ano. Segovia autorizou o nomeação de mais oito delegados, sete escrivães e 17 analistas para atuar no Grupo de Inquérito (GINQ) responsável pelas 273 investigações em andamento na Corte. No STF tramitam os casos envolvendo políticos com foro por prerrogativa de função, o chamado foro privilegiado.

A ampliação da equipe da PF foi um dos assuntos tratados na manhã desta quarta durante a reunião de Segovia com a presidente do STF, ministra Cármen Lúcia. Os dois conversaram por cerca de uma hora e meia. "Eram nove delegados conduzindo investigações junto ao STF e agora temos 17. Havia vários inquéritos que



Carmen Lúcia, do STF e Segóvia, da PF: equipe da Lava Jato dobrou

estão hoje aguardando laudos periciais e hoje praticamente o dobro da equipe de peritos. A gente espera no menor prazo possível concluir essas investigações. Esperamos não só concluir os inquéritos no STF da Lava Jato, mas também todas as outras investigações que correm", disse Segovia a jornalistas, depois do encontro com Cármen.

"A nossa meta é concluir todos os inquéritos hoje que já estão no STF até o final deste ano", reforçou Segovia, ressaltando que a prioridade são "todos os inquéritos do STF". Indagado se a meta não era ambiciosa, Segovia respondeu: "A ambição é humana. É uma meta que a ministra Cármen Lúcia também quer, a doutora Raquel Dodge (procuradora-geral da República) também está imbuída nesse propósito, e acho que o Brasil merece ter uma resposta quanto a es-

sas investigações."

**Respostas** - Sobre o inquérito sobre Michel Temer, Segovia disse que aguarda as respostas do presidente às perguntas formuladas pela PF "para que seja tomado um novo passo na investigação". O ex-assessor da vice-presidência da República e ex-deputado federal paranaense Rodrigo Rocha Loures (PMDB) é citado 38 vezes nas 50 perguntas elaboradas pela Polícia Federal no âmbito do inquérito que apura suposto pagamento de propina da empresa Rodrimar para o presidente.

O inquérito, de relatoria do ministro Luís Roberto Barroso, apura se a Rodrimar, empresa que opera no Porto de Santos, foi beneficiada pelo decreto assinado pelo presidente em maio, que ampliou de 25 para 35 anos as concessões do setor, prorrogáveis por até 70 anos.

11 JAN 2018

# BEMPARANÁ

#TEORI ZAVASCKI

## Polícia descarta sabotagem em queda

O diretor-geral da Polícia Federal (PF), Fernando Segovia e o delegado da PF Rubens Maleiner se encontraram com a ministra Cármen Lúcia, presidente do Supremo Tribunal Federal, na manhã de ontem, por cerca de uma hora e meia para apresentar o andamento da investigação sobre o acidente aéreo que matou o ministro Teori Zavascki e outras quatro pessoas, em janeiro de 2017.

Após a reunião, Maleiner, que preside o inquérito sobre o acidente, afirmou que, embora a investigação ainda não esteja concluída, já se pode afirmar que não houve qualquer ato intencional que tenha provocado a queda da aeronave, des-

cartando as hipóteses de sabotagem no avião que levava o então ministro relator da Lava Jato. O delegado acrescentou que a apuração está em estágio bastante avançado.

“A possibilidade de um ato intencional contra aquele voo foi bastante explorada, em diversos exames periciais, e nenhum elemento nesse sentido foi encontrado”, disse o delegado. Para fechar a conclusão da causa do acidente, Maleiner afirmou que são necessárias mais algumas perícias.

“Existe um conjunto de fatores que podem ter levado àquele desfecho, que dizem respeito a condições meteorológicas, trajetórias e altu-

ras desempenhadas pelo piloto naquela tentativa de aproximação para Paraty, e a condição de voo pelo visual e pela questão instrumental”, completou. Quando perguntado se a hipótese mais provável para a queda seria a de falha humana, o delegado apenas afirmou “estamos avançando”.

De acordo com as investigações, não foram encontrados vestígios de qualquer falha que pudesse ter sido evitada antes da decolagem da aeronave. Também não foi possível encontrar nenhum vestígio de explosivos ou produtos químicos que pudessem causar incêndio dentro do avião.

# BEMPARANÁ 11 JAN 2018

## **Cristiane Brasil recorre para manter posse**

A defesa da deputada federal Cristiane Brasil (PTB-RJ) entrou ontem no Tribunal Regional da 2ª Região (TRF2) com recurso contra a decisão de terça-feira do vice-presidente da Corte, desembargador Guilherme Couto de Castro, que rejeitou o pedido da Advocacia-Geral da União (AGU) para suspender a liminar que impede a deputada de tomar posse como ministra do Trabalho. A posse da deputada no cargo estava marcada para terça-feira.

A AGU também recorreu da decisão desembargador Castro. O recurso no TRF2 foi distribuído para o desembargador Reis Friede, que, após analisar o pedido, encaminhou os processos para o desembargador Sérgio Schwaitzer, que está de férias. O juiz Leonardo da Costa Couceiro, titular em exercício da 4ª Vara Federal em Niterói, no Rio de Janeiro, concedeu liminar na segunda-feira suspendendo a eficácia do decreto que nomeou a deputada como ministra.

## **INDÚSTRIA E COMÉRCIO**

### **Falha humana é a principal linha da investigação sobre morte de Teori Zavascki**

Falha humana é a principal linha de investigação sobre a morte do ministro Teori Zavascki, segundo relato parcial sobre as investigações da morte do primeiro relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), apresentado ontem pelo diretor-geral da Polícia Federal (PF), Fernando Segovia, à presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia.